



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 03/2024

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, sob coordenação da Presidência de **ÂNGELA MARIA DE AGUIAR DA SILVA**, sendo apresentado nesta data como novo Presidente do Cmas, e na presença das seguintes representações:

ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS:

Ana Cristina (S), **Associação Beneficente Amurt Amurtel - CORAS Restinga 02**; Camila Spies Lopes (T), **Instituto Leonardo Murialdo - Associação Protetora da Infância – Coras Partenon**; Tranquilo Fiametti (T), **Coras Humaitá/Navegantes - Fundação Fé e Alegria**; e Darcila Maria do Vale Santos (T), **Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund**.

ENTIDADES E/OU REPRESENTAÇÕES DE TRABALHADORES DO SUAS:

Dafne Rodrigues Pellegrino (T), **Conselho Regional de Psicologia – CRP – 7ª REGIÃO**; Adriana Leci dos Santos (T), **Conselho Regional de serviço social 10º Região – CRESS**; Ângela Maria de Aguiar da Silva (T) e Micheli Santos da Silva (S), **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**; Dafne Rodrigues Pellegrino (T), **Conselho Regional de Psicologia – CRP – 7ª Região – CORAS Cruzeiro**; e Heloísa Helena Leão Viñolo (T), **Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória**.

ENTIDADES DE ORGANIZAÇÕES E/OU REPRESENTAÇÕES DE USUÁRIOS:

Tânia Mara da Silva Garcia (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar**; Gérson Luiz dos Reis Martins (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste**; e Juramar Vargas (T), **Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas**.

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

Arlene Chagas (S), e Larusha Sanjur Krás Borges (S), Laura da Silva Ferronato (T), **Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania**; Catharina da Cunha Silveira (S), **SMED – Secretaria Municipal de Educação**; Rafael da Silveira Velho (T), **SMGOV – Secretaria Municipal de Governança Local**; Silvana Dutra (S) e Adriana Soares Franco (S), **SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**; Ana Elvira Corrêa Dutra (S), **SMPAE – Secretaria Municipal De Planejamento e Assuntos Estratégicos**; Lizete Cristina Cenci (S),

SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude; Sônia Rejane dos Santos Vieira (S), **SMF – Secretaria Municipal da Fazenda;** Marco Antônio da Silva Martins (S), **DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação;** Fernanda Kerbes (T) e Geórgia Volkmer (S), **SMS - Secretaria Municipal de Saúde;** e Elen Ribeiro Santos Fontoura (T), **SMAP – Secretaria Municipal de Planejamento de Administração e Patrimônio.**

DEMAIS PRESENTES:

Almadiva Gomes do Valle, **Secretária Executiva do Cmas;** Jucemara Beltrame, **Assessoria Jurídica Cmas;** Fabiana Gross Reinehr, **Assessoria Técnica do Cmas;** e Patrícia Costa, **Taquígrafa.**

PAUTA:

1. Plano de Ação FNAS;

2. Plano de Aplicação IGD-PBF;

3. FNAS - Reprogramação:

a) PSB;

b) PSE;

c) Reprogramação PETI;

d) Reprogramação ACESUAS;

4. Demandas da Comissão de Normas;

5. Troca de conselheiros;

6. Demonstrativo Físico Financeiro:

Informes: 1) Processo de manutenção de 2024; 2) Audiência Pública Infância em Acolhimento Institucional.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos às 14h05min:

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01: Boa tarde a todas e todos. Vamos dar início a nossa plenária. Vamos passar para o nosso primeiro ponto de pauta, que é o plano de ação, que a Ângela vai fazer apresentação. Pessoal, enquanto as gurias estão organizando ali, vamos para o Item 4:

4. DEMANDAS DA COMISSÃO DE NORMAS;

Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Então, a gente vai começar com entidades para aprovação de manutenção. Então, da Coras Partenon, CASA DE EXCEPCIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA, aprovada a manutenção 22 e 23, acolhimento institucional PCD. Coras Partenon,

INSTITUTO LEONARDO MURIALDO, manutenção só Serviço de Convivência de 6 a 14 anos, Serviço de Convivência de 14 a 17 anos e Programa Adolescente Jovem Aprendiz. Coras Leste, ASSOCIAÇÃO MADRE TERESA DE JESUS, aprovada manutenção 22 e 23. Coras Centro, ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS AMIGOS DE SANTO ANTÔNIO, aprovada a manutenção 22 e 23, Serviço de Acolhimento Institucional e Abrigo Institucional para Idosos. Coras Cruzeiro, CENTRO ESPORTIVO CULTURAL E ASSISTENCIAL DA VILA DO CAMPINHO, aprovada manutenção 22 e 23 para Acolhimento Institucional provisório. Coras Eixo Baltazar, OSICOM, manutenção 22 e 23, aprovado o Serviço de Convivência de 6 a 14 anos, o Serviço de Convivência de 14 a 17 anos, Trabalho Educativo, aprovado acolhimento institucional para crianças e adolescentes e aprovado o Serviço de Abordagem Ação Rua. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Algum conselheiro dos territórios das respectivas entidades tem alguma questão? Então, podemos encaminhar à votação. Então, em regime de votação, aqueles conselheiros que concordam com a manutenção de 22 e 23 das entidades que foram lidas agora, por favor, levantem o crachá. Os conselheiros que discordam? Abstenções? Então, **APROVADAS AS MANUTENÇÕES** 2022 e da OSICOM, que é 2022 e 2023. **Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Inscrição de novo serviço. Coras Sul, ADRA, inscrição de Serviço de Acolhimento, modalidade casa de passagem. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, algum questionamento? Então, aqueles conselheiros que concordam, por favor, levantem o crachá. Quem discorda? Abstenções? Então, **APROVADO O SERVIÇO**. Obrigada, pessoal. Então, vamos para o primeiro ponto de pauta, que a Ângela vai fazer a apresentação para nós:

1. PLANO DE AÇÃO FNAS;

Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: A gente já fez essa apresentação para a Executiva, onde foram convidadas as comissões do Bolsa Família e de Fiscalização, que estiveram presentes. Teve um parecer favorável na Executiva para a plenária, mas na reunião de quinta-feira, da Direção Executiva, a gente achou que seria bom fazer novamente a apresentação para todos os conselheiros poderem entender o processo. Então, temos aqui a Coordenadora Técnica e a Coordenadora da CGVCAD, a Raquel e a Loiva, para fazer os esclarecimentos, qualquer dúvida a gente vai conversando. Na verdade, é um planejamento bem simples, que ele é um planejamento de metas, onde a gente

coloca uma intenção. Anualmente, o Ministério encaminha sobre os recursos do Fundo Nacional para os gestores dizerem onde pretendem atender tantas metas nesse serviço. Então, ele é um instrumento eletrônico de planejamento, é uma previsão utilizada pela Secretaria Nacional de Assistência Social para ordenar, garantir o lançamento e a validação anual das informações necessárias da transferência regular e automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais do SUAS. A Fasc, o gestor é o responsável pelo preenchimento no Sistema SUAS WEB, ele tem a previsão, as metas físicas de atendimento dos índices de gestão e dos recursos também que são recebidos, tanto do Fundo Nacional quanto do Fundo Estadual, e os recursos próprios do Município. No final a gente faz uma previsão para 2024. O prazo para o gestor foi em 23 de janeiro, a gente encaminhou e tinha um prazo de 30 dias para o Conselho aprovar, que foi prorrogado. Então, 60 dias para o Conselho aprovar, até 25 de março, a gente tem tempo para poder colocar esse tema. Então, foram lançadas as informações para poder ocorrer os repasses dos blocos de financiamento. A partir da portaria do MDS e suas alterações as transferências dos recursos federais destinadas ao cofinanciamento de serviços, de incentivo financeiro de gestão, passaram a ser organizados transferidos por blocos de financiamentos. É pré-requisito para o financiamento o serviço estar adequado à tipificação dos serviços socioassistenciais. Bom, a gente que vem construindo junto com a direção técnica esse documento e pensando as metas que se pretende alcançar. A gente fez uma previsão e teve algumas questões que se optaram pela capacidade de atendimento como meta final. Nós conversamos e entendemos que é uma meta que não é tão baixa, mas não tão alta de ser impossível de se alcançar. Então, a gente procurou propor algumas metas de 75 a 90% da capacidade de atendimento, de acordo com a modalidade de serviço. Então, a gente preenche esse bloco de gestão, que foi do IGD, Programa Bolsa Família e Cadastro Único, mede os resultados e a gestão mensalmente define os repasses financeiros. Leva em consideração a taxa de atualização cadastral, a taxa de acompanhamento da frequência escolar, a taxa de acompanhamento da Agenda de Saúde, adesão ao SUS, a prestação de contas do Fundo Municipal e o parecer do Cmas sobre o uso dos recursos. O IGD SUAS busca avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios, é calculado com base no resultado médio de CRAS, que são os indicadores, que é obtido através do Censo SUAS, que todos os serviços preenchem anualmente. E também, da execução financeira ajustada, que é obtida através do demonstrativo sintético, que é aquele outro documento que foi aprovado na plenária, que é a prestação de contas do ano anterior. A outra parte é o bloco dos serviços. Então, de Proteção Básica

Especial e também tem a parte do bloco dos programas. Então, as orientações são colocadas que a previsão para essa meta física, que a gestão deve levar em consideração as seguintes orientações: a referência de pactuação nos termos de aceite. Então, quando a gente abrir ali vai aparecer, lá em 2013, quando foram preenchidos os termos de aceite, tinha mais ou menos o que se atendia naquele período e foi revista uma referência de pactuação. O número de atendimentos também realizados no exercício anterior e outros instrumentos de planejamento de gestão, que também a gente leva em consideração para poder pensar nessas metas. Além dos serviços cofinanciados, do Fundo Nacional, nesse plano a gente também coloca os serviços que não são cofinanciados. Então, vai ter uma referência de pactuação, por exemplo, de 4.000 crianças de Serviço de Convivência, mas a gente tem 12 mil metas de Serviço de Convivência, a gente vai prever 80%, no caso dessa capacidade total. A gente demonstra tudo que a gente executa aqui, não só o que é cofinanciado pelo Governo Federal. Só não inclui os serviços tipificados, como SAF, albergues e as vagas de pousadas. Também se leva em consideração as vagas socioassistenciais do Município, que pode provocar variações quanto ao planejado. Aqui é a parte específica da previsão do atendimento físico dos serviços. O primeiro proposto no plano é o PAIF, o valor que é repassado por mês é de R\$ 204 mil, o público são famílias referenciadas. A unidade de medida é o volume de atendimento, a referência de pactuação que foi feita lá era sobre 17 para financiado vezes 5 mil famílias referenciadas. Então, é 85.000 total. A gente colocou como capacidade de atendimento 115 mil porque hoje temos 23 Cras ativos no Município. E a proposta deste foi integral, as 115 mil famílias, 23 Cras. No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ele pede o saldo total de 0 a mais 60 anos. A gente abriu aqui para poder mostrar para vocês a capacidade de atendimento que tem. O valor é de R\$ 218.000,00, de 6 a 14, a nossa capacidade de atendimento 9.236. A referência de pactuação foi de 4.360, daí para todos. De 15 a 17 anos, 2.370, de 18 a 59, 90. Acima de 60 anos 1.325 (Solicitar se a manifestante quer complementar sobre os números, aqui consta a frase tal qual foi dita). No total dá 13.021, onde a gente oferta 3.021 vagas. E a nossa proposta de meta é minimamente atingir 75% da capacidade de atendimento, que dá esses 776. Depois a gente tem uma referência de pactuação, que é 50% do total, 4.360 metas referenciadas para Serviço de Convivência, desse total 50% vem para usuários do público prioritário. A gente colocou aqui quais são as situações prioritárias, por exemplo, isolamento, trabalha infantil, vivência de violência, negligência, fora da escola com defasagem escolar a 2 anos, em situação de acolhimento, em cumprimento de medidas, egresso das medidas situação de abuso ou exploração sexual, medidas de proteção do ECA... Então, minimamente, 2.180, 50%. Como a

gente estipulou uma meta de 9.776, a gente tem que atingir minimamente 4.888. Então, aqui passamos para os serviços de acolhimentos a outros públicos, valor mensal de 18.000, que seria para mulheres em situação de violência, jovens, idosos e pessoas com deficiências. Para mulheres em situação de violência e jovens, hoje a gente não tem pactuação com o Ministério. Então, a gente também aqui não colocou a capacidade de atendimento. Na apresentação para a Executiva, naquela outra reunião, houve uma sugestão de que fosse incluída uma previsão em 2024, considerando que tem um projeto aprovado pelo Cmas para mulheres em situação de violência de que possa ser inserido aqui. Como o sistema é fechado no dia que a gente encaminha, o gestor não consegue mais fazer isso. Então, a sugestão é que no parecer do Cmas fosse colocada essa indicação, ser contemplado esse item ali. E depois para idosos, a unidade de medida é a média mensal de acolhidos. A referência de pactuação é 200, hoje a nossa capacidade é 213, a proposta foi 90% da capacidade de atendimento. Então, seria atender minimamente 192 idosos. Pessoas com deficiência também em acolhimento, não teve uma referência de pactuação. Então, a gente seguiu o que a gente tem de capacidade de atendimento e a meta sendo 90% desse total. Aqui o PAEF, 91 mil mensais, para famílias e indivíduos em situação de risco com relação aos direitos. A unidade de medida é famílias acompanhadas, a referência de pactuação é 560, a capacidade de atendimento 1.600, que é calculado pela meta do serviço de abordagem, 80 famílias. A gente colocou 90% da capacidade de atendimento, 1440 famílias mensalmente acompanhadas nas 09 Creas. No acolhimento adulto de famílias é 110 mil por mês, a média mensal de acolhidas, aqui a gente colocou a questão dos albergues, que quando foi feita a referência de pactuação... **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Ali tem a proposta de meta para atendimento para famílias, de 1.440, a capacidade de atendimento é 1.600. por que o não atendimento das 1.600? **Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É a média, pode ter variação. Então, aqui, na verdade, a referência de pactuação era maior que naquele momento o albergue entrava nessa conta, hoje a gente tem 222 vagas, metas de atendimento, se colocou 80% da capacidade de atendimento, o que também tem uma variação, seria 177. O Serviço de Abordagem Social, na verdade, não tem uma meta, uma capacidade de atendimento. Essa meta estipulada por eles é um acompanhamento. Então, por isso aqui não tem uma referência de pactuação. Como as orientações falavam da gente poder pegar os exercícios anteriores e ver como foi a execução do serviço, a gente pegou o ano anterior e se propôs 80% da capacidade de atendimento. No ano passado foram abordados

1183, para este ano seria minimamente 946. Nas Medidas Socioeducativas, também aqui nós temos uma questão, que na referência de pactuação ela é 700, a capacidade de atendimento também não tem, essa meta não é definida por nós, os casos vêm do Judiciário. Então, a gente usou como referência a meta que foi utilizada no PPA, que era 450 para 2024. Aqui é o centro POP, o valor repassado por mês 46 mil, famílias e indivíduos em situação de rua, média mensal de pessoas atendidas. A referência de pactuação 400, a capacidade de atendimento, hoje a gente tem 200 vagas/dia, ela não é mês como as outras. E a nossa proposta é pegar o que foi executado em 2023 também, foram 1593, uma média mensal. Então, minimamente, seria 1.382 pessoas por mês. No Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes a referência de pactuação era 330, a nossa capacidade de 655, 80% seria 524. E aqui o valor total por mês que a gente recebe, né, R\$ 1.088.637,52. Depois, aqui é o bloco dos programas, o valor é 720 mil do Programa ACESSUAS Trabalho, usuários de 14 a 59 anos, a unidade de medida são os atendimentos coletivos. Lá, quando foi feita a referência de pactuação, nessa foi colocado 3.400, porém, o projeto que foi aprovado aqui no Cmas, no ano passado, ele prevê 25 pessoas vezes 04 oficinas, vezes 08 regiões, que daria 800 atendimentos. Então, se colocou o que está previsto para agora, independente da pactuação. O BPC na Escola, não houve pactuação. Na verdade, ainda não tem o projeto, tem que ser feito o projeto para ser aprovado aqui, para depois dar andamento. Daí seria, no caso de executar os dois, R\$ 821.000,00, que seria repassado para o Fundo Municipal. Agora o IGD do Bolsa Família, o valor é R\$ 267.372,16, recurso para a gestão do Cadastro Único. A referência de pactuação é 0,84. Depois tem o IGD SUAS, que o valor é de 16.140, é um recurso para a gestão, tem um percentual para a manutenção do Cmas também. A referência de pactuação é 0, esse valor é eles que calculam, na verdade, com base no Censo SUAS e a taxa de execução financeira. Então, é um valor que pode variar a cada ano depois que é feito o cálculo dessas taxas. Então, o valor para programas é de R\$ 821 mil, esses aqui são dos IGDs R\$ 283.512,00. Aqui a gente fez um resumo de tudo, o valor anual para serviços R\$ 13.063.650,24, que é aquele 1.088.000 vezes 12 meses. Os programas são repasse único por execução do programa, é mensal. Então, no caso, executando os dois receberia 821 mil e os IGDs, que é mensal também, vezes 12. Isso seria o repasse do Fundo Nacional, um total de R\$ 17.286.876,16. Então, isso é o que está previsto para 2024. Pelo Fundo Estadual é o valor de R\$ 292.688,00. E os recursos próprios a serem alocados no Fundo Municipal são R\$ 202.777.316,00. Então, o total de recursos no Fundo Municipal previsto para 2024 é R\$ 220.316.840,44. Certo! **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas –**

Coras Restinga 01: Pessoal, sei que é muita informação, mas alguma dúvida? Então, conselheiros e conselheiras, nós vamos encaminhar à votação a aprovação ou não deste plano de ação que a gestão está apresentando para nós. Este plano já está lá no site do MDS, agora nós enquanto Conselho que vamos colocar lá se validamos, se concordamos ou não com esse plano de ação. Então, aqueles Conselheiros que aprovam a apresentação do Plano de Ação do Fundo Nacional, por favor, levantem o crachá. Quem discorda? Abstenção? Então, está **APROVADO O PLANO**, que será incluído no sistema até o dia 25. Nós tiramos como um encaminhamento desta pauta para que seja feito um monitoramento dos serviços, de como acontece, a dinâmica, tudo isso para poder pensar. Agora nós temos:

2. PLANO DE APLICAÇÃO IGD-PBF;

Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:

Na verdade, aquele dia que eu apresentei a Raquel aproveitou também e apresentou o plano de aplicação mais detalhado, esse material, a Comissão de Fiscalização já fez o parecer. Então, seria só recapitular. **Raquel, Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc:** São só seis itens, eu posso ler rapidinho. O que a gente previu para 2024 do recurso do IGD-PBF? São 234 mil mês que a gente recebe via Governo Federal. Hoje nós temos uma parceria com a FME, que prevê 65 prestadores e 05 supervisores por região, o que vale mais ou menos 10 mil a 11 mil cadastros/mês. A gente hoje não tem demanda reprimida, a gente atende toda a demanda que tem. Claro que é número que vai oscilar em função disso. O um número que eu não vou dizer é este, porque ele vai oscilar conforme a demanda, mas tudo isso tem um instrumento de aferição também. A gente tem também a contratação dos estagiários pelo CIEE, que hoje a modalidade de contratação da Fasc é assim. Hoje a gente não tem outra forma de contratação, é na Prefeitura toda. Vocês lembram lá que o impacto da saúde, das funcionalidades de pesagem, o impacto da questão da educação, da frequência escolar, de achar essas crianças, tudo isso que impacta esse recurso. Então, a gente tem 19 estagiários hoje, 16 na Saúde, 02 da Educação e 01 da CGVCAD. Então, esse é o nosso quarto, que eles lançam os dados nos relatórios para que a gente consiga, quem pesou, quem não pesou, quem fez a vacinação, para que a gente consiga ter o recurso. Os quatro fatores que impactam na questão do IGD: a taxa de atualização cadastral, desse público que a gente precisa e taxa de acompanhamento das condicionalidades da Saúde e Educação. A adesão ao SUAS, ou seja, o que nós estamos aderindo em termos de serviços tipificados. Prestação de contas pelos fundos de Assistência, que é o parecer do Conselho das contas dos recursos. Isso tudo impacta.

Fernanda Kerbes (T), SMS - Secretaria Municipal de Saúde: Desde quando mudou esse

percentual de preenchimento pela Saúde? Está 100% agora. **Raquel, Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc:** Hoje a Saúde tem um lançamento semestral, é diferente o período que se mede a Saúde, é diferente da Educação, que é da bimestral e da Assistência que é mensal. Então, hoje a gente nunca tem algo que seja tão atual como o da Educação e da Assistência. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Essa coleta, ela é da Saúde ou o estagiário que está lá faz na Saúde? É uma dúvida. **(Sem identificação):** Na Saúde a coleta é feita, o acompanhamento é feito pelo usuário que chega na UBS. Então, pode ser perguntado se ele é usuário... **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Só na UBS? **(Sem identificação):** Não, na ponta também, e vai chegar na UBS e vai ser perguntado também. Quando ele chega na UBS e a criança está com dor de garganta, começa a aproveitar a perguntar. Toda vez que chegar alguém na UBS ou nos outros locais de serviço da saúde, aí ele informar que é um beneficiário do programa, essa informação pode ser coletada. Como vai chegar essa informação lá no Bolsa Família, por exemplo? São os nossos estagiários, a todo momento a saúde está alimentando os nossos 16 estagiários com a informação do Bolsa. Os estagiários são importantes, porque eles nos ajudam na manutenção desses relatórios, que são esses relatórios que consolidam as nossas informações de trabalho com o Bolsa Família na cidade. Mas o atendimento é sempre feito por uma pessoa da Saúde, o especialista, a enfermeira, o médico, a médica, os técnicos da saúde. **Raquel, Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc:** São essas alimentações que os estagiários fazem para nós montarmos as ações. Então, a gente recebe listas, porque essas famílias precisam ser acompanhadas. Então, é essa a função dos estagiários, vão fazer os relatórios. Acho que expliquei. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** O que nós estamos aprovando? É o plano de aplicação do IGD, é onde tem esse recurso que veio do Governo Federal, onde tem qual a proposta que a gestão está colocando. E aí é esse quadro aqui que nos foi apresentado. Então, o primeiro quadro trata da questão do repasse do recurso por uma parceria, por uma OSC, que hoje é quem executa o Cadastro Único no Município de Porto Alegre. Eu sou do tempo que a gente discutia que tinha que ter serviço próprio, mas o que tem hoje é isso, ele é desenvolvido pela parceria e é repassado esse valor de R\$ 300.000,00 por mês. No segundo item é a contratação através da empresa do CIEE de estagiários. Aí a Comissão de Fiscalização, com base na prestação de contas, identificou que na prestação de contas somente 50% do valor

294 tinha sido utilizado para a contratação de estagiários. Então, a gente perguntou para a Fasc e
295 solicitou que viesse a informação do que acontece. Então, é importante ter, vocês estão
296 dizendo que tem que manter os 19 estagiários. Por que no ano anterior isto não aconteceu? A
297 Raquel veio, deu as explicações, mas 16 é da Saúde, 02 da Educação e 01 da Fasc. Os
298 estagiários da Saúde e da Educação são de nível superior. Aí nós perguntamos? Quais são as
299 atribuições desses estagiários? Que é isso que o Juramar colocou agora aqui um pouco. Os
300 estagiários são responsáveis pela questão da pesagem, de fazer relatórios, enfim. Isso nos fez
301 colocar uma preocupação, que, então, são os estagiários que estão desenvolvendo o trabalho,
302 tem um técnico que acompanha, não tem e de que forma isso acontece. E outra questão que
303 também nos preocupou, que daí foi a justificativa em relação à prestação de contas, a
304 rotatividade dos estagiários. Então, a Comissão de Fiscalização apontou com preocupação
305 essa questão, se é importante ter os estagiários, mas aí acontece uma rotatividade, não se
306 consegue ter o total de estagiários... Bom, aí a gente começou a dizer que nós temos uma
307 dificuldade, né. E aí a gente aprovou, mas colocamos que após respondidas as questões sobre
308 os estagiários a comissão apresenta parecer favorável à proposta de plano de aplicação.
309 Solicitamos que seja apontado na resolução que a rotatividade dos estagiários prejudica o
310 serviço direto, bem como o número reduzido de trabalhadores pode demonstrar uma
311 insuficiência na execução do serviço. Então, a comissão discutindo entendeu que isso é
312 importante e era um dos únicos itens que a gente tinha. **Catharina da Cunha Silveira (S),**
313 **SMED – Secretaria Municipal de Educação:** Só para esclarecer uma fala, o estagiário não
314 pesa, quem pesa são os profissionais da Saúde. Os estagiários na Saúde, o Programa Bolsa
315 Família recolhe os dados a partir daquilo que a gente chama de “mapas da Saúde”. [Falas
316 concomitantes]. Onde fica a informação? É isso que o estagiário faz, ele pega essa informação
317 e vai botando lá nos mapas distritais da Saúde. Então, ele não faz direto. Eu não discordo que
318 nós temos o problema da rotatividade, mas isso é estrutural e nós temos que discutir isso.
319 Então, só para esclarecer, não são os estagiários que vão atendes e nem conversar com as
320 famílias. Eles trabalham nos nossos sistemas. **Raquel, Fundação de Assistência Social e**
321 **Cidadania – Fasc:** Então, temos manutenção e locação de veículo com motorista para a PBF,
322 para oferecer facilidade de deslocamento no acompanhamento da gestão do Cadastro Único
323 para o Cmas, Saúde, Smed e Fasc. Então, é um carro para a gestão do PBF. Material de
324 divulgação e informativo a gente também entendeu ser importante, para as três secretarias,
325 para que ficasse mais claro, para que a gente tivesse mais funcionalidade e que fique acessível
326 nos postos de saúde, nas escolas, porque a gente não tem recebido muito material do Governo

Federal. E para as pessoas é uma maneira pedagógica. Então, a gente achou também muito importante colocar. A gente colocou ali a participação do Comitê Gestor em capacitação e seminários, porque a gente tem tido muitas mudanças em termos de cadastro. Então, são inovações do Governo Federal e a gente precisa ter muitos cursos para a gente poder entender essas mudanças. [Falas concomitantes]. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Pessoal, vamos encaminhar a votação do plano de aplicação IGD-PBF com a solicitação da Comissão de Fiscalização, que conste na resolução que a rotatividade dos estagiários prejudica o serviço direto, bem como o número reduzido de trabalhadores pode demonstrar uma insuficiência na execução dos serviços. Essa é a proposta que a comissão está colocando. Ok? Em votação, aqueles conselheiros que concordam com a aprovação da aplicação do plano de aplicação? [Falas concomitantes]. Pessoal, nós estamos em votação. **Fernanda Kerbes (T), SMS - Secretaria Municipal de Saúde:** Os estagiários são importantíssimos, porque eles trabalham com dados e não com o paciente, isso faz com que o estagiário não fique muito tempo, porque eles precisam ter experiência com a assistência. Então, eles estão fazendo um trabalho interno, um trabalho administrativo. Isso faz com que eles fiquem um tempo e depois precisam ter outros estágios, o que faz a justificativa de troca de estagiários constante. O supervisor sim tem que ser uma pessoa que permaneça, porque ele vai orientar o estagiário. Então, nesse sentido, não precisaria haver essa ressalva. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Enquanto Comissão de Fiscalização a gente trabalha com os dados e com as informações que chegam, e o que foi colocado na comissão tinha uma demanda significativa para os estagiários. E qual era a nossa dúvida? Se existia e essa necessidade e demanda ou senão, por que não tinha sido utilizado 50%? Então, a informação que chegou é que tinha uma demanda significativa para os estagiários. Então, se tinha essa demanda significativa, de que forma se dava o acompanhamento em relação aos estagiários? E foi dito que tinha poucas pessoas para dar conta. Então, nós enquanto comissão trabalhamos com essa informação, se a Conselheira da Saúde está trazendo aqui que não, não é essa questão, os estagiários estão lá e cumprem esse papel e que tem uma equipe de profissionais que dá conta disso, aí ok, mas a comissão trabalhou em cima com esta questão, que era da dificuldade do número, da necessidade e a falta de. **Fernanda Kerbes (T), SMS - Secretaria Municipal de Saúde:** A falta de pessoas? Mas a observação era quanto à rotatividade. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**

Restinga 01: Uma era a rotatividade. Bom, senão vamos argumentar. **Fernanda Kerbes (T), SMS - Secretaria Municipal de Saúde:** A minha proposta de encaminhamento é que se mantenha a questão da importância do trabalho das pessoas e que retire a questão da rotatividade dos estagiários, se estiverem de acordo. Sugiro assim, proposta de encaminhamento: Que se faça ressalva mencionando a necessidade do quadro completo de estagiários, face o número insuficiente de trabalhadores na Saúde. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Está ótimo! Todo mundo ouviu a proposta? Então, com o adendo que a colega Fernanda colocou, em regime de votação, aqueles que concordam com o plano de aplicação IGD-PBF, por favor. Quem discorda? Abstenções? Então, **APROVADO O PLANO DE APLICAÇÃO** com a redação sugerida pela Conselheira Fernanda. Pessoal, vamos agora para a proposta da reprogramação:

3. FNAS - REPROGRAMAÇÃO:

A) PSB;

B) PSE;

C) REPROGRAMAÇÃO PETI;

D) REPROGRAMAÇÃO ACESUAS;

Almadiwa Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas: Eu fiz um quadro só para vocês lembrarem que os dois primeiros itens vocês aprovaram na plenária passada. Então, a gente começa aqui, é para a PSB: alimentação para Serviço de Convivência Idosos, serviço realizado no Cras, 60 mil. Teve uma proposta de alteração da Comissão de Fiscalização, ela foi aceita pela Fasc. Então, veio para a plenária para aprovação. Da análise da Comissão de Fiscalização, execução de Serviço de Convivência Idosos para parceria, edital de chamamento público, 320 mil, para vocês aprovarem agora. Lanches para grupo de PAIF, 87 mil, também foi uma proposta alterada pela comissão, foi aceito e veio para vocês aprovarem. Formação para educador social na rede socioassistencial [Inaudível]. Ações comunitárias, que seriam abertas à comunidade [Inaudível]. Para as atividades se faz necessário a oferta de materiais pedagógicos, materiais para a temporada e entre outros, 70 mil que veio para a aprovação de vocês. O pagamento de passagens aéreas, inscrições e diárias para servidores da Proteção Social Básica. Então, é isso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Alguém quer falar? A única coisa que a comissão sugeriu foi a alteração dos valores, do que dizia alimentação para idoso e grupos de PAEF. Bom, inclusive, com o plano de ação que foi apresentado aqui na primeira pauta,

393 demonstra que o número de atendimento é muito maior do que o grupo de idosos. Então, a
 394 gente só inverteu os valores. Alguma pergunta, algum questionamento, dúvidas? Então, em
 395 votação aqueles conselheiros que aprovam o parecer da Comissão de Fiscalização em relação à
 396 reprogramação do Fundo Nacional da Proteção Social Básica, levantem o crachá.
 397 Discordância? Abstenções? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Vamos para a PSE.
 398 **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** PSE é a compra de passes
 399 assistenciais, 2500 com dois créditos em cada para Creas, [Inaudível], para 11 meses. Também
 400 foi aprovação pela comissão e vem para a plenária. Alimentação, as medidas socioeducativas,
 401 média de 97 jovens por mês, de acordo com o relatório de atividades 2023, R\$ 850,00 mês,
 402 período de 12 meses. Também veio para aprovação. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 403 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**
 404 **01:** Isso, o parecer da comissão é que aprova os itens de compra de passagens e a alimentação.
 405 Dúvidas? Em votação, aqueles conselheiros que concordam com o parecer da Comissão de
 406 Fiscalização levantem o crachá. Abstenções? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE**.
 407 Reprogramação PETI. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** A
 408 comissão ratifica a Ata 101/2023 e [Inaudível] 2024. Na verdade, esse do PETI foi aprovado o
 409 ano passado, veio para reprogramação. Então, é o mesmo projeto, com as ações estratégicas,
 410 já foi aprovado o ano passado, como não deu tempo de executar reprogramou o recurso e de
 411 novo com a mesma proposta, sem alteração. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de**
 412 **Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Na verdade, não é executado, ele vai aprovado de novo e aí
 413 ele tem que ter uma ressalva que realmente precisa, porque vai estar sempre programando.
 414 Então, reprograma porque as coisas são executadas. E o Competi, vamos deixar claro, quando
 415 isso não é executado quem perde é o território. Isso está rendendo para alguém? Porque se ele
 416 está parado, não está sendo executado... Há necessidade disso! No período do Covid, o
 417 trabalho infantil, olha, era para quem quisesse ver. Vamos falar das Ilhas, por exemplo,
 418 trabalho infantil, isso faz parte da nossa cultura. Está ali, está junto com a família trabalhando.
 419 Mas isso não pode, vai contra a legislação? Aí vem o Competi, mas aí não é executado, passa e
 420 tem que reprogramar de novo. Essa é a ressalva. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 421 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**
 422 **01:** Então, a tua proposta é que tenha uma ressalva para que seja executado no período.
 423 **Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:**
 424 É que vira o ano, aí tem que reprogramar. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**

Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01: O próximo, o ACESSUAS. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** Também a comissão ratifica a Resolução 78/2023. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Eu acho que esses valores a gente tem que trazer, porque a gente fica aprovando e reprovando. Lá em Brasília é o nosso CPF que fica. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, ficou dois adendos, um do Juramar para que tenha uma ressalva da efetiva execução da proposta e a Tânia Mara que solicita que na próxima plenária se traga os valores do PETI e ACESSUAS Trabalho. Pessoal, em votação, aqueles conselheiros que concordam com a proposta da Comissão de Fiscalização para reprogramação do PETI e ACESSUAS Trabalho, levantem o crachá. Contrários? Abstenções? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

5. TROCA DE CONSELHEIROS;

Rapidamente, aqui a troca o conselheiro da Secretaria de Esporte, fazendo a alteração dos conselheiros, o Conselheiro Titular é Cleison e a Elisa a Suplente. Essa é a uma comunicação e oficialização em plenária.

6. DEMONSTRATIVO FÍSICO FINANCEIRO:

Pessoal, outra questão, que é o demonstrativo físico financeiro. Vocês lembram que na última plenária a gente aprontou o demonstrativo físico financeiro, a gente leu aqui, a gente aprovou item por item. O que aconteceu? Teve um item que a gente acabou encaminhando uma resposta que não era possível ser incluída no sistema, porque a gente colocou, foi a questão 8, que era o seguinte: “O Conselho avalia as despesas efetuadas no exercício como comprovadas, ou seja, existe documentação disponível que comprove todos os pagamentos efetuados?” E nós aprovamos que não, a gente entendeu que a gente não tinha essa comprovação. Quando a Diva foi incluir no sistema ele tranca, porque se a gente está dizendo que não tem a validação a gente tem que apresentar e tem que dizer quais são os documentos, onde isso está. Aí a gente foi ler o rodapé, onde dizia que esses documentos ficam disponíveis e que o Conselho deveria solicitar. **Ângela Voges Pinheiro Araújo (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É de guarda do gestor, não é que o Conselho tenha que guardar os documentos todos. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, fica essa informação. Isso precisava ir para o sistema até o dia 29. Então, a gente colocou um comentário de que o Cmas avalia que as despesas efetuadas sim, o Cmas estará montando o fluxo trimestral para que o

gestor apresente a prestação de contas e os devidos documentos sempre que necessário. Então, a gente precisou fazer essa alteração, porque senão não seria incluído no sistema e isso bloqueia repasses do Governo Federal. Então, isso é para informação à plenária. Temos informe.

INFORMES: 1) PROCESSO DE MANUTENÇÃO DE 2024; 2) AUDIÊNCIA PÚBLICA INFÂNCIA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.

Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Audiência Pública Primeiro Infância em Acolhimentos Institucionais. Então, pelo Conselho Estadual da Criança e Adolescente e o Comitê Estadual Intersetorial pela Primeira Infância, convidam para a audiência pública para a elaboração do Plano Estadual pela Primeira Infância. Dia 05/03/2024, na PUC. Eu me coloquei para ir, eu vou ir, quarta-feira agora, o dia inteiro, começa às 8:30 da manhã e vai até às 17 horas, tem uma hora e meia de intervalo. E a gente gostaria de saber se mais alguém gostaria de ir também. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** A Catharina da Smed quer. **Laura da Silva Ferronato (T) e Fabiane Atanásio Souza (S), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Eu vou mandar o link da inscrição. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** O Gerson também quer. A Conselheira Adriana também. É isso, pessoal? Vai Diva. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** Sobre o processo de manutenção 2024. Este ano a gente está fazendo uma revisão da resolução. No entanto, a gente não vai conseguir concluir o processo de revisão e construção dos instrumentos novos. Então, neste ano permanecerão os mesmos instrumentos do ano passado e nós estamos elaborando uma orientação, pegamos um plano e estamos destacando item por item o que é importante colocar, o que tem que ser colocado. Amanhã à tarde tem uma reunião, assim que a gente construir essa orientação a gente vai enviar para todos os conselheiros e para todas as entidades do Conselho. Nós vamos fazer a orientação, a entrega vai ser 31 de maio e não mais 30 de abril. Então, era isso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, era isso, um informe. Encerramos a plenária de hoje.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.